



Espelho - Emenda de Inclusão de Despesa

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	-----
EMENTA		
(cópia) CCJ - Infraestrutura Tecnológica para o Fortalecimento Tecnológico das Instituições de Segurança Pública		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		
ÁREA DE GOVERNO		
05 - Justiça e Segurança Pública		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO		
060 - Fortalecimento do/da		
TIPO DE REALIZAÇÃO		
582 - Políticas de Segurança		

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública -
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.181.5016.21BM.	
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento
PROGRAMA	
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	
AÇÃO	
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade	
SUBTÍTULO	
- Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Ação apoiada (unidade)	0	200

GND		MODALIDADE DE APLICAÇÃO		RP	em R\$ 1,00	ACRÉSCIMO
3	Outras Despesas Correntes	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8		50.000.000
4	Investimentos	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8		50.000.000
TOTAL:						100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL		FONTES	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO		ID	RP	em R\$ 1,00	CANCELAMENTO
000001417	956	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	0		50.000.000
000001417	969	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	0	0		50.000.000
TOTAL:									100.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa emenda tem o propósito de apoiar os municípios, Estados e Distrito Federal no tocante à infraestrutura tecnológica e ao fomento de sistemas locais, buscando subsidiar diagnósticos sobre a criminalidade para formulação e avaliação de políticas públicas e acessos das informações ao cidadão, uma vez que se considera essencial maior aprimoramento na prevenção, na repressão, na apuração e no controle de infrações penais, bem como na prevenção e na redução de riscos em situações emergenciais. Faz-se necessário, ainda, otimizar a participação e o controle social, os recursos materiais, humanos e financeiros das instituições, além de promover a produção de conhecimento de segurança pública, a simplicidade, a informalidade econômica procedimental e a celeridade no serviço prestado à sociedade. Por fim, cabe mencionar a necessidade fundamental de facilitar a relação harmônica e colaborativa entre os Poderes e integrar dados e informações relativos a ocorrências criminais registradas e comunicações legais.